

**Posicionamento Político
da Sociedade Civil e das Comunidades
da América Latina em relação à
Reunião de Alto Nível sobre HIV – HLM2021**



A América Latina tem falhado na consecução das metas com as quais seus Governos se comprometeram em relação ao HIV. Nossa região é a mais desigual e inequitativa do mundo, o que afeta de modo significativo o acesso universal aos serviços de saúde integral, em geral, e especificamente, aos de HIV/AIDS: promoção da saúde, prevenção combinada, que inclui a testagem oportuna do HIV e ITS, o acesso ao tratamento para as pessoas portadoras do HIV e o acompanhamento das medidas de proteção socioeconômica para as pessoas mais vulneráveis.

Nossa região está caracterizada por apresentar uma epidemia concentrada em populações-chave e vulneráveis – são os grupos de pessoas mais estigmatizadas, discriminadas e penalizadas. Ao mesmo tempo, são populações com altas taxas de pobreza, exclusão social e desemprego.

Na região, o número de novas infecções por HIV não diminuiu, o que representa milhares de novas pessoas diagnosticadas todos os anos. Além disso, a má gestão da informação estratégica não nos permite compreender melhor a nossa epidemia, nem é possível otimizar a alocação de recursos limitados em intervenções mais eficazes, eficientes e oportunas para aqueles que mais precisam deles.

Os níveis de estigma e discriminação em relação às pessoas com HIV afastam-nos das cascatas de tratamento antes de obter a supressão viral e, a cada dia, aumenta nossa situação de vulnerabilidade social devido aos elevados níveis de exclusão no mundo do trabalho e da educação. Na América Latina, viver com o HIV representa não só um risco vital presente, mas também um elevado déficit presente e futuro em matéria econômica, social e educacional.

Na América Latina enfrentamos um crescimento perigoso e insidioso de grupos religiosos, fundamentalistas e antidireitos, que têm exercido uma forte influência nos órgãos executivos, legislativos e judiciários dos nossos países. Como resultado, tem aumentado a relação perigosamente simbiótica entre o governo e as várias religiões. Isto põe em risco as nossas conquistas na garantia dos direitos que custaram décadas de trabalho. Reconhecemos que, apesar dos progressos, existem grandes lacunas normativas na proteção dos nossos direitos humanos.

Estima-se que na América Latina existem oitocentos povos indígenas, os proprietários originais da terra, que estão sujeitos à discriminação e ao abandono social sistemático, com

carência de programas que integrem a saúde com pertencimento cultural. Isto torna-os vulneráveis ao HIV, bem como à insegurança alimentar e educacional.

Muitos dos nossos governos delegaram a sua responsabilidade na gestão de projetos com financiamentos externos, tais como subsídios do Fundo Global para a AIDS, Tuberculose e Malária ou PEPFAR, sem se comprometerem a aumentar o investimento nacional na saúde, particularmente em programas para o HIV. Os países latino-americanos não estão no topo da agenda dos doadores e estão severamente ameaçados por uma tendência de financiamento decrescente que atingirá mais duramente os nossos sistemas comunitários. Isto é evidente naqueles países onde os doadores retiraram os investimentos na saúde, resultando na perda de serviços abrangentes para as populações, bem como na extinção de organizações da sociedade civil, construídas ao longo de décadas, incluindo a sua capacidade de controlar e denunciar o baixo investimento, a sua gestão questionável e a corrupção.

Há mais de um ano, os países latino-americanos vem enfrentando a pandemia da COVID-19; isto sem terem resolvido uma pandemia anterior, a do HIV. Na melhor das hipóteses, os nossos governos e os seus ministérios dedicaram todos os seus recursos à resposta à crise da COVID-19, negligenciando ou suspendendo os programas de HIV/AIDS, IST, Tuberculose, Saúde Sexual e Direitos Reprodutivos e Hepatite Viral, entre outros, deixando à deriva muitas populações-chave e vulneráveis, que enfrentam uma emergência sanitária e social sem precedentes. Isto terá um custo significativo em morbidade e mortalidade. Mesmo assim, a nova pandemia está atingindo países da América Latina com respostas sanitárias desiguais. Observamos com angústia como vacinas para a COVID-19, tecnologias promissoras para controlar o coronavírus, são armazenadas em depósitos de países ricos. A concentração de cerca de 80% das vacinas nos países desenvolvidos torna claro que a solidariedade internacional em matéria de saúde é apenas uma postura retórica.

As desigualdades, a estigmatização, a discriminação e a criminalização têm aumentado as barreiras estruturais no acesso oportuno à saúde e a falta de acesso a recursos financeiros sustentáveis e previsíveis para uma resposta abrangente ao HIV. A nossa região chega a uma nova Reunião de Alto Nível descumprindo os objetivos acordados na edição anterior, em 2016. E esta trajetória teria sido evidente com ou sem a emergência da pandemia da COVID-19.

Nunca tínhamos visto na região um número tão significativo de países que enfrentam crises democráticas, políticas e institucionais profundas, como resultado do mau governo, má gestão, intervenção de fundamentalismos religiosos, perda de garantias, de direitos humanos e os altos níveis de corrupção. Isto resulta na perda da liderança governamental na resposta ao HIV. Enfrentamos um grave risco de perder ganhos de saúde e da realização de direitos.

Por conseguinte, exigimos que os governos da região:

1. Comprometam-se verdadeiramente com os objetivos da Estratégia Global da AIDS, e que a resposta à pandemia da COVID-19 não seja uma desculpa para negligenciar a resposta à pandemia do HIV.
2. Introduzam alterações aos quadros legislativos e normativos, eliminando leis punitivas que infringem os direitos das pessoas vivendo com HIV, das populações-chave e das comunidades vulneráveis ao HIV. Os governos e parlamentos devem proteger os direitos e responder às necessidades das pessoas, honrando a definição de um Estado laico, livre da influência de igrejas e credos.
3. Implementem medidas concretas para assegurar que os ministérios da saúde, educação, proteção social e segurança, entre outros, e os seus programas recuperem a liderança na resposta do governo ao HIV. Nenhum dos objetivos a que se comprometeu será alcançado sem a presença de um Estado ao serviço de todos os cidadãos.
4. Desenvolvam programas de cuidados sociais abrangentes para pessoas vivendo com HIV (enfrentando os efeitos adversos, outras comorbidades e o envelhecimento prematuro), populações-chave e vulneráveis para garantir o acesso a alimentos e educação de qualidade. É urgentemente necessário um compromisso estatal para reduzir as desigualdades que comprometem o futuro de uma parte da nossa população, particularmente as relacionadas com o HIV.
5. Abordem urgentemente a melhoria do acesso e gestão da informação estratégica sobre o HIV, ITS, Tuberculose, Hepatites Virais e outras doenças associadas que permitirão a tomada de decisões baseadas no conhecimento e em provas científicas.
6. Garantam que as populações-chave sejam incluídas pelo nome na Declaração Política da Reunião de Alto Nível: homossexuais e outros homens que fazem sexo com homens, trabalhadores sexuais, pessoas transexuais, pessoas que usam drogas e pessoas privadas de liberdade, bem como populações vulneráveis: jovens, mulheres, meninas, meninos, povos indígenas, populações de minorias étnicas, pessoas com deficiências e populações migrantes ou deslocadas devido a crises políticas e humanitárias.
7. Implementem programas e ações para que mulheres e jovens tenham acesso a serviços integrados de HIV e saúde sexual e reprodutiva e ao diagnóstico oportuno do HIV, a fim de erradicar a transmissão vertical do HIV e outras ITS, incluindo programas para o empoderamento de mulheres e meninas. Também apelamos à integração de serviços para a prevenção e eliminação de abusos e violência baseada em gênero, diminuindo a lacuna no acesso à educação e ao trabalho. Apelamos pela inclusão da Educação Sexual Integral nos planos de todos os níveis educacionais e em outros espaços fora do sistema educacional.
8. Implementem programas de prevenção combinada em todos os nossos países, com ações e intervenções diferenciadas por população, destinados a reduzir significativamente o número de novas infecções, o acesso oportuno a testes de diagnóstico e ao tratamento do HIV, a fim de se conseguir uma supressão viral

sustentada, restringindo assim a circulação do HIV na comunidade (indetectável é igual a intransmissível). Um aumento na disponibilidade de preservativos - masculino e feminino - lubrificantes, profilaxia pré-exposição ao HIV, testes e autotestes do HIV, entre outros insumos.

9. Assegurem uma cobertura universal e contínua do tratamento antirretroviral ótimo, incluindo os antirretrovirais em formulação pediátrica, bem como os insumos necessários para monitorizar a infecção, tais como os testes CD4 e de carga viral.
10. Universalizem o acesso à prevenção e ao tratamento da tuberculose (sensível e resistente) em pessoas com HIV, doença que continua sendo a principal causa de mortalidade.
11. Adotem as medidas necessárias para aumentar a participação significativa de pessoas, organizações, comunidades e coletivos na elaboração, implementação e monitorização de programas e intervenções sobre o HIV. Forneçam às organizações e redes os recursos necessários, não só para prestar serviços comunitários de qualidade, mas também para permitir que grupos e ONGs se fortaleçam e sustentem.
12. Aprofundem as medidas para frear a progressão da pandemia da COVID-19, com intervenções que considerem os direitos humanos e a intersecção entre as duas pandemias. Os sistemas e serviços de saúde e de proteção social na região não são resilientes e estão afetados pela resposta à recente pandemia, em detrimento das respostas ao HIV. No entanto, as populações mais vulneráveis, incluindo as pessoas que vivem com HIV e afetadas pela tuberculose, devem ter prioridade nos planos de vacinação, bem como no acesso à assistência econômica e social durante esta crise. Exigimos uma revisão exaustiva das violações dos Direitos Humanos que ocorreram no contexto da emergência sanitária.

Exigimos às Organizações Internacionais de Saúde, ao Sistema das Nações Unidas e à comunidade de doadores que, urgentemente, possam:

1. Pôr fim ao desfinanciamento sistemático da nossa região como resultado de uma decisão política justificada por estimativas do Banco Mundial que não descrevem a realidade dos chamados países de renda média e alta.
2. Aumentar significativamente a presença nos nossos países e a qualidade do assessoramento técnico aos Ministérios e Programas de todos os países para assegurar a consecução dos objetivos de 2025.
3. Implementar um roteiro com o respectivo investimento de recursos financeiros de alocação específica para a realização dos novos objetivos do Plano Global da AIDS.

4. Intervir nas ações abusivas da indústria farmacêutica e dos fornecedores de outros insumos ou tecnologias de saúde para o tratamento, cuidados e monitorização de pessoas com HIV. As patentes e o exercício inadequado dos direitos de propriedade intelectual sufocam financeiramente muitos países da região. Instamos à adoção urgente das salvaguardas do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e da parceria intrarregional para o desenvolvimento e fabricação de medicamentos e material médico.
5. Proporcionar acesso a financiamento externo contínuo, sem condicionamentos, que permita à sociedade civil, às comunidades e as suas organizações cumprir o seu papel de controle, monitorização e advocacia.

Os indivíduos, organizações e comunidades que apoiam esta declaração regional subscrevem os objetivos e metas incluídos na Estratégia Global contra a AIDS e exortam os Estados membros a adotá-los como um compromisso na Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre o HIV de 2021. Apelamos igualmente à implementação de acordos e compromissos internacionais relacionados com uma resposta integral ao HIV e baseada em direitos, incluindo os objetivos e metas estabelecidos na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030.

Solicitamos uma revisão de médio prazo, o mais tardar até 2023, de modo a podermos avaliar os progressos e atrasos para responsabilizar os Estados-Membros pelo cumprimento dos objetivos da estratégia global. As ações ou omissões dos nossos governos nos próximos anos farão a diferença entre estar mais próximos ou não de pôr fim à epidemia da AIDS até 2030, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19.

"Acabar com a AIDS só será possível se as desigualdades forem eliminadas".

Para assinar este posicionamento a título pessoal ou institucional, por favor preencha este formulário on-line com seus dados: <http://bit.ly/FirmaPosPolHLM>